

## A PROFESSORA LEIGA E O SABER SOCIAL<sup>1</sup>

Jacques Therrien, UFC-CNPq

A professora "leiga", nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, é a própria figura do sistema educacional público nas áreas interioranas. A análise de dados coletados em três Estados do Nordeste (CE, PI, PE) através do Programa Edurural-NE, no período de 81-85, indica que apesar de intensa intervenção do Estado (MEG/BIRD) pela melhoria das condições da educação no campo, a realidade da professora leiga não sofreu alterações. Outros estudos, mais localizados e de natureza qualitativa, realizados no período de 1988-90, revelam um quadro mais regressivo ainda em relação à realidade observada no início da década: as condições de vida, trabalho e formação da professora leiga estão cada vez piores, sendo que o analfabetismo no contexto do campo só tende a piorar.

Diagnósticos sombrios e projetos "remediais" não faltam, a maioria apoiados em pressupostos teóricos e metodológicos que atendem propostas qualitativas de formação básica do quadro docente de 1.º Grau. Contudo, continua faltando aos seus autores a compreensão de uma análise conjuntural necessária à não fragmentação da questão.

O "paradigma" da professora leiga (já que é tema "histórico" de estudo) passa por condicionamentos técnico-administrativos, mas repousa fundamentalmente em elementos de concepção sócio-pedagógica da escola. O fracasso da escola pública não é meramente um fracasso "administrativo", e não pode ser imputado à presença da professora leiga. Em determinados contextos, é ela que ainda salva a escola pública. Afinal, esse fracasso generalizado na maioria das regiões brasileiras ocorre também nas áreas e salas onde lecionam professoras "formadas" nos moldes pedagógicos que regem as estruturas da escola tradicional.

A questão é polêmica por certo, mas merece a busca de propostas construtivas e realistas: ou seja, da mesma forma que a professora leiga é gerada pela estrutura social vigente—o que não se pode negar—é a partir dessa mesma estrutura que se devem conceber estratégias de "resgate" ou de construção da identidade pedagógica dessa professora, situando-a no movimento de construção social da escola do trabalhador. De "objeto" de massa estatística incompetente e improdutiva pode-se passar a uma observação de professora leiga como sujeito contextualizado, histórico, com determinados saberes e práticas sociais cotidianas no interior da classe trabalhadora da qual não pode ser desvinculada, contrariamente às tentativas pedagógicas que muitas vezes propõem transformá-la em mera transmissora de saberes socialmente relevantes, mas historicamente fragmentados e parciais.

O que nos revela a observação sistemática das condições de vida e trabalho cotidiano desses agentes educacionais? Esta questão nos obriga a definir, em primeiro lugar, o significado do trabalho, ou das relações sociais de produção no contexto do campo. Em seguida, deve-se explicitar igualmente que "projeto" ou concepção de escola referenda esse "locus de sistematização do saber" onde atua a professora leiga. Assim, formulam-se os elementos necessários à compreensão da

---

<sup>1</sup> Publicado In: Brasil, ME, *Professor leigo: institucionalizar ou erradicar*, São Paulo, Cortez, 1991.

prática educativa da professora leiga como prática social inseparável do contexto histórico onde ela se elabora. Haveria igualmente necessidade, omitida nesta breve colocação, de uma referência ao Estado, mediador das relações e conflitos sociais em processo, além de legitimador da estrutura hegemônica vigente, e articulador das políticas e intervenções educacionais.

Compreendemos que é no bojo do movimento social no campo que se deve marcar o encontro com a professora leiga. De modo sintético, iremos esboçar os princípios que fundamentam a abordagem de nossa compreensão da professora leiga. Primeiro, devemos definir o que significa a questão do campo e das relações de produção (de trabalho) no contexto da questão agrária. Segundo, delinear o conceito norteador de "escola do trabalhador". Por último explicitar uma concepção de professora leiga como agente educacional possuidor de uma prática social que lhe confere uma habilitação fundante para sua prática pedagógica.

### **1. As relações de produção no contexto do campo(o trabalho no meio rural do Nordeste)<sup>2</sup>**

A professora leiga, como cidadã, elabora sua experiência de vida e sua visão de mundo no contexto da classe camponesa marcada pela luta, pela terra. É no interior das relações sociais de produção que encontramos uma prática de educação da classe trabalhadora, cujo conhecimento produzido se funda nas relações de produção e nas práticas políticas do camponês — os movimentos sociais.

Falamos aqui dos movimentos sociais existentes no meio rural brasileiro, movimentos cujas diversidades são caracterizadas pelas contradições existentes entre capital e trabalho, o modo de viver e a forma de enfrentá-los. Frente a esta realidade a postura do campesinato não tem sido de passividade, ao contrário, várias formas de resistência e de lute vêm sendo postas em prática. Assim, no Nordeste, particularmente no Ceará, ações de resistência realizam-se a partir de três eixos fundamentais.

O primeiro é a luta contra a expropriação da produção camponesa, cujas reivindicações passam por uma política agrícola que garanta um preço justo ao produto do seu trabalho e que garanta a não sujeição do camponês, devido ao seu estado de endividamento permanente. Participam deste movimento pequenos proprietários rurais que assumem a identidade de sujeitos coletivos, fato que os leva a expressarem sua condição real de camponeses trabalhadores sociais.

A luta contra a expropriação da terra, constituída como a mais importante frente do movimento social no campo brasileiro hoje, é o segundo eixo. O problema da falta de terra é apontado pelos camponeses como sendo a maior dificuldade que assola o campesinato nordestino. Esta vertente mobiliza o segmento composto por posseiros e ocupantes, cuja bandeira de luta maior é a desapropriação dos latifúndios especialmente nas áreas em conflito, a legalização das posses e uma política agrícola apropriada.

O terceiro e último eixo é a luta contra a exploração do trabalho. Trata-se aqui dos trabalhadores assalariados do campo que revelam uma nova face da questão agrária brasileira.

---

<sup>2</sup> Texto do relatório parcial da pesquisa de DAMASCENO, M.N. e THERRIEN, J., 'Educação e hegemonia'

Um dos pressupostos que norteiam o estudo das relações entre trabalho e educação consiste em reconhecer que a educação, em seu sentido amplo, compõe com outras práticas sociais um campo dinâmico — a sociedade civil. Desta maneira, é possível negar que a educação seja um instrumento a serviço da classe dominante. Nossa análise salienta o caráter contraditório e dialético da sociedade e da educação, procurando explicitar a contribuição das práticas pedagógicas realizadas com a participação da classe trabalhadora.

## **2. A escola do trabalhador e o saber social**

Reconhece-se que existe um movimento social em marcha gestando uma pedagogia, um saber social fruto da prática político-organizativa desses movimentos e que na sua elaboração sistemática constroem uma identidade social do camponês. Este saber social elaborado é um saber gerado no cotidiano de lute do trabalhador nas suas relações de produção. É um saber que se cruza na relação do trabalho, um saber fruto da prática produtiva, um saber esmagado a todo momento pela classe dominante. Um saber de resistência.

Para Noronha (1986), "um saber social não é gerado no vazio, dá-se nas relações concretas de trabalho assalariado, onde a privação e as injustiças constituem a experiência pedagógica mais forte da vida cotidiana, determinada que é fundamentalmente pelas relações de trabalho". Daí a necessidade de que o projeto de educação da classe trabalhadora adquira consistência teórica.

Marx apontou o princípio pedagógico básico entre ensino e trabalho produtivo: "a união do trabalho produtivo, ensino intelectual, exercício físico e adestramento politécnico elevará a classe trabalhadora acima das classes superiores em média". A educação deve estar ligada à transformação das reais condições de vida que constitui o fundamento primeiro da formação da consciência. Uma educação cuja pedagogia seja fundada no saber fruto da prática política dos movimentos sociais. Este novo saber tem de estar intimamente articulado com a prática pedagógica realizada pela escola.

Que escola é esta? É uma escola cujo objetivo principal é "operar a vinculação do saber sistematizado dito universal com o saber alternativo que vem sendo gestado pelo movimento social. Este trabalho educativo tornará possível à classe trabalhadora superar o senso comum atingindo o estágio da consciência crítica. Uma escola que será o locus de sistematização desse novo saber" (DAMASCENO, 1988). Uma escola que traga consigo o conhecimento fruto da resistência da luta dos trabalhadores frente a exploração do capitalismo.

Dessas considerações percebe-se que hegemonia política é, essencialmente, um fato de consciência: ou, em outros termos, é a expressão do elemento consciente no fato histórico-político. Gramsci nega que a consciência e a vontade coletiva possam desenvolver-se espontaneamente, destacando, então, a necessidade fundamental da educação neste processo, notadamente a função educativa dos intelectuais orgânicos a ser exercida pelos diferentes agentes-educativos através de sua práxis social.

### **3. A práxis social dos agentes educacionais: a prática da professora leiga no seio da classe trabalhadora camponesa**

O homem se distingue dos outros animais porque produz e reproduz suas próprias condições materiais de vida e porque cria e recria instrumentos de produção que servem para transformar seu modo de trabalho. O homem é um ser de práxis porque é um ser de relações. Ao estabelecer relações com o mundo natural e social, o homem só o faz através da práxis que se dá em várias dimensões: produtiva, política e educativa. Em qualquer dos casos, a práxis é sempre a ação de um sujeito sobre o real, quer seja na esfera natural quer na social, e esta práxis traz em seu bojo um caráter eminentemente educativo para os sujeitos que nela estão envolvidos. O homem não é um ser acabado, mas em constante processo de formação, "não possui seu ser. tem que conquistá-lo" (OLIVEIRA, 1987:01).

#### a) Dimensão produtiva da práxis

Pode-se dizer, portanto, que entre as formas fundamentais da práxis humana está a práxis produtiva que constitui a base de sua atividade prática, determinante de todas as outras atividades. Através da práxis produtiva o homem é levado a produzir as condições materiais para sua subsistência. Produzindo as condições objetivas através de sua práxis transformadora, que estabelece mediante seu trabalho com a natureza, o homem produz cultura.

É produzindo os meios materiais para sua subsistência, ou seja, é no mundo objetivo que o homem produz seu ser subjetivo, produzindo conhecimentos, conceitos e ideologias que vão compor a esfera da superestrutura. Para Marx, "não é a consciência do homem que determine o seu ser. mas, pelo contrário, o seu ser social é que determine a sua consciência".

É no "fazer-se a si mesmo", e aos outros também, que vai emergindo, no sujeito que age, uma nova consciência, e esta nova consciência elaborada nas próprias relações do homem no mundo é que vai reorientar a práxis social humana. No atual estágio do capitalismo, a relação trabalho produtivo está diretamente ligada a um grupo de trabalhadores. O produto acabado é a soma dos esforços de todos os trabalhadores. Nestas condições objetivas de trabalho os homens descobrem que sua força está na sua organização, que a luta individual não pode resistir à força do capital, mas somente a coletiva, porque reúne a grande massa dos trabalhadores expropriados em uma causa comum.

#### b) Dimensão política da práxis

No trabalho coletivo surge a prática política, haja vista as relações de trabalho que são relações de poder, de violência de uma classe sobre a outra. Nestas relações surge a luta política que é a expressão de desejo de transformação das condições objetivas do trabalhador.

A práxis entendida como relação social ocorre numa sociedade de classe onde a luta pelo poder no confronto de interesses diferenciados direciona a estruturação dessa sociedade. A práxis política envolve: 1) uma atividade política real de luta tendo os modos de produção como referência

da organização social; 2) uma luta ideológica que se desdobra em ações políticas concretas e múltiplas; 3) uma compreensão do Estado como instância de poder no direcionamento da sociedade.

A prática política assim entendida não é uma atividade espontânea, mas responde a interesses específicos de determinado segmento social (consciência de classe). Portanto, a luta política deve ser consciente, organizada e dirigida. Para tal fim, sente-se a necessidade de existência do partido político enquanto educador major da classe trabalhadora e dos seus organismos de categorias.

#### c) Dimensão educativa da práxis

Reconhecer a construção do saber (relação entre conhecer e agir) como elemento fundante da práxis humana, significa atribuir à práxis produtiva, na sua relação intrínseca com a práxis política, uma dimensão educativa. Este é também o caminho por onde se identifica a práxis social de um agente educacional e por onde se deve analisar a sua práxis educativa.

Assim, para identificar a dimensão educativa da prática produtiva é preciso perceber que o conhecimento intrínseco a ela se situa na esfera do saber, seja ele de origem não-formal, tendo por base a vida material, a natureza, o homem em relação a si mesmo e aos outros, seja ele de origem escolar, incluindo suas ramificações à ciência e tecnologia, tanto como legado cultural como construção sistemática. Daí a necessidade de apreensão do agente educativo na sua inserção na prática produtiva.

Da mesma forma, para entender a prática política como prática educativa, ou vice-versa, fez-se referência ao axioma que toda produção de conhecimento parece ser verdadeira requer a totalidade em que a consciência crítica dos sujeitos envolvidos contempla suas relações sociais de luta, suas articulações coletivas ou suas organizações, essência da esfera política.

Portanto, a análise da práxis educativa da professora leiga requer a compreensão de sua participação nas relações sociais de produção no campo e nas lutas dos trabalhadores rurais, suas organizações e seus movimentos sociais, como processo de produção de saber que há de se manifestar na sua prática pedagógica. Referido saber revela a verdade e a praticidade da vida no campo na medida em que se elabora no compromisso da luta social. Sua sistematização em saber pedagógico, seja ele escolar ou não-formal, requer uma práxis criadora desenvolvida na totalidade da prática social desses agentes educativos.

#### **4. Alguns elementos fundantes de um processo de qualificação da professora leiga.**

Na perspectiva de formular alguns elementos essenciais ao processo de qualificação da professora leiga, convém resumir os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam essa proposta.

Em primeiro lugar, quando se reconhece o trabalho como princípio educativo, formula-se a referência que as relações sociais de trabalho e as relações sociais de produção constituem a fonte

básica de produção do saber. Portanto, a escola como espaço de mediação do saber, ou locus de aprendizagem sistemática ao processo de "pensar" a partir da realidade como totalidade, há de refletir o modo social de existência própria do trabalhador do campo.

Tratando-se da professora leiga deve ser lembrada a questão social do campo onde a negação ao acesso à terra e aos meios de produção é igualmente negação ao acesso da construção do saber.

Um segundo pressuposto diz respeito à compreensão da educação como ato político, ou seja, o princípio político A da educação acompanha o princípio educativo do trabalho, quando se reconhece que as relações sociais de produção são relações entre sujeitos e portanto envolvem um saber político que caminha na direção da totalidade e do coletivo. Neste particular, a construção de uma escola que emerge do saber oriundo das relações históricas de trabalho e particularmente do saber produzido nas lutas e organizações para melhores condições de vida deve resgatar a dimensão política específica deste cotidiano.

Finalmente, o processo educativo deve ser concebido como emergência da consciência coletiva crítica voltada para uma percepção totalizadora da realidade, despertando o sujeito para uma práxis social comprometida.

A concepção de propostas referentes à questão da professora leiga não pode repousar em pressupostos de formação do "indivíduo singular", ou seja, não pode tratar de promover individualmente a professora leiga. Deve passar pela dimensão do coletivo que situa o indivíduo no conjunto das forças sociais que articulam a classe dos trabalhadores. Essas propostas devem explicitar e assumir uma dimensão político-pedagógica.

A qualificação e a formação pedagógico-social da professora leiga deve assegurar-lhe condições profissionais de ensino de boa qualidade. Contudo, todo projeto voltado para esse objetivo não pode prescindir da realidade social, econômica, política e educacional desse agente educacional, ou seja, desse educador da classe trabalhadora do campo numa sociedade capitalista radicalmente desigual. Sem conhecimento não se pode definir professor; portanto a escola rural necessita de profissionais da educação. Contudo, deve-se assegurar esse conhecimento "como algo em permanente elaboração por sujeitos ativos e participantes" (DAVIS, 1990, p.33), dimensão esta a ser presente tanto na formação da professora, como na sua relação com os alunos.

Estas considerações significam, em primeiro lugar, que não se pode simplesmente "substituir" essa educadora, gerada no processo histórico do campo por outro "preparado" pedagogicamente nos mesmos moldes que levaram ao fracasso da escola pública.

Em segundo lugar, se "a professora leiga é a única alternativa de educação escolar para a criança camponesa" (ALENCAR, 1990, p.10) considerando a forma de atuação do capital e a consciência política da classe camponesa hoje, qualquer forma de intervenção que visa reforçar um processo de transformação dessa realidade e qualificar esse agente educativo, deve assumir

sistematicamente o processo de organização e conscientização dessa classe trabalhadora no movimento mais amplo de articulação dos grupos sociais que lutam pelos seus direitos.

A professora leiga é inseparável do processo de construção social da escola no meio rural. Ela é parte da comunidade que precisa se organizar na luta de defesa de seus interesses no confronto com os grupos dominantes historicamente hegemônicos na condução das políticas educacionais do Estado.

Quando o Estado começa a reconhecer que os processos de construção social passam necessariamente pelos moldes de organização política dos vários segmentos sociais que compõem a nação ("é preciso organizações para assegurar processos de negociação entre partes em conflito de interesse"), as políticas educacionais e os programas que as traduzem devem assumir essa "vontade do Estado" e apoiar a educação para a organização comunitária (coletiva) em prol de uma educação pública gratuita e de boa qualidade.

É neste contexto que a professora leiga é percebida como agente de práxis social de dupla dimensão: precisa passar tanto pelo processo educativo de elaboração de uma consciência crítica (política) e de organização como trabalhadora da educação junto a outros trabalhadores da educação (associações), como deve se preparar como agente educativo específico com prática social junto à comunidade - o coletivo dos trabalhadores—da qual é parte integrante.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALENCAR, I. A 'Professora Leiga': um rosto de várias faces. Relatório de pesquisa—CNPq. Fortaleza: UFC/FACED. 1990. (mimeo).
- DAMASCENO, M. N. Relações entre trabalho, movimento social e escola no campo. Fortaleza: UFC. 1988. (mimeo).
- DAMASCENO, M. N. e THERRIEN, J. Educação e Hegemonia: o trabalho e as práticas sócio-educativas no campo. Relatório parcial de pesquisa—CNPq. Fortaleza: UFC/FACED. 1990. (mimeo).
- DAVIS, C. e GATTI, B. A dinâmica da sala de aula na escola rural. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1990. (mimeo).
- FREITAS, I. D. A práxis social do professor rural. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC/FACED. 1990.
- GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987.
- MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes. 1983.
- NORONHA, O. M. De Camponesa a 'Madame'. São Paulo: Loyola. 1986.
- OLIVEIRA, M. A. A teoria da educação no conflito das racionalidades. Fortaleza: UFC. 1987. (mimeo).
- THERRIEN, J. Trabalho, saber e educação na fala dos camponeses. Fortaleza: UFC/FACED. 1988. (mimeo).
- UFC/FACED- Avaliação da Educação Rural Básica no Nordeste Brasileiro: EDURURAL-NE 1981-1985. Relatório final. Fortaleza: UFC/ FACED. 1987. (mimeo).

VASQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.